

A VISIBILIDADE E O PROTAGONISMO DO TRABALHO DAS MULHERES RURAIS DA COMUNIDADE ÁGUA BRANCA DO CAJARI - AP¹

THE VISIBILITY AND PROMINENCE OF THE WORK OF RURAL WOMEN IN THE ÁGUA BRANCA DO CAJARI COMMUNITY - AP

Maria de Fátima Gonçalves de Azevedo ²

João Moraes Costa Júnior ³

RESUMO: O artigo analisa a visibilidade e o protagonismo das mulheres rurais da Comunidade Água Branca do Cajari, no Estado do Amapá, destacando sua contribuição econômica, social e política para o desenvolvimento local. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem mista, evidencia que o trabalho feminino é essencial para a sustentabilidade das famílias e para a economia da região, ainda que historicamente invisibilizado pelas políticas públicas e estatísticas oficiais. A partir de referenciais como a economia feminista (Federici), a teoria do capital social (Bourdieu) e os estudos sobre agricultura familiar (Melo, Cordeiro, Herrera), o estudo demonstra que as mulheres exercem papéis centrais em atividades produtivas como o extrativismo, a agricultura e o artesanato, contribuindo significativamente para a geração de renda e o fortalecimento comunitário. Contudo, persistem desafios estruturais relacionados à desigualdade de gênero, à falta de reconhecimento formal e ao acesso restrito a políticas de incentivo. Conclui-se que a valorização do trabalho feminino rural e o fortalecimento das redes de solidariedade constituem caminhos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a emancipação das mulheres amazônicas.

Palavras-chave: mulheres rurais; protagonismo feminino; agricultura familiar; capital social.

ABSTRACT: The article analyzes the visibility and protagonism of rural women from the Água Branca do Cajari community, in the state of Amapá, highlighting their economic, social, and political contributions to local development. Based on a bibliographic and mixed-method approach, the research shows that women's work is essential for family sustainability and the regional economy, though historically overlooked by public policies and official statistics. Drawing on theoretical frameworks such as feminist economics (Federici), social capital theory (Bourdieu), and family farming studies (Melo, Cordeiro, Herrera), the study reveals women's central roles in productive activities like extractivism, agriculture, and handicrafts, which contribute significantly to income generation and community strengthening. However, structural challenges remain, including gender inequality, lack of formal recognition, and limited access to supportive policies. The study concludes that valuing rural women's work and strengthening solidarity networks are key to sustainable development and the empowerment of Amazonian women.

Keywords: rural women; female protagonism; family farming; social capital.

Data de apresentação: 27/ 11 /2025.

¹ Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional do Instituto Federal do Amapá – Campus Santana como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão de Desenvolvimento Regional.

² Acadêmica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional. Email: fatimagazev@gmail.com.

³ Orientador, Mestre em Ensino de História. Docente do Instituto Federal do Amapá. Email: joao.junior@ifap.br.

1 INTRODUÇÃO

A participação das mulheres nas atividades econômicas rurais tem sido historicamente invisibilizada, apesar de sua importância para a sustentabilidade das comunidades e para o desenvolvimento local, especialmente em comunidades como Água Branca do Cajari no Estado do Amapá.

A localidade Água Branca do Cajari pertence ao município de Laranjal do Jari oficialmente criado em 17 de dezembro de 1987, por meio da Lei Federal nº 7.639. O município de Laranjal do Jari está localizado a aproximadamente 275 km de Macapá, por via rodoviária (BR-156). Administrativamente, a elevação de Água Branca do Cajari à condição de distrito ocorreu por meio da Lei Municipal nº 033, de 29 de novembro de 1991, documento que formalizou sua existência no âmbito político-administrativo de Laranjal do Jari (LARANJAL DO JARI, 1991).

A Comunidade Água Branca do Cajari, localizada no município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, possui sua origem ligada ao ciclo extrativista amazônico que se consolidou a partir das primeiras décadas do século XX, especialmente com a exploração da castanha-do-Pará e da borracha. Nesse período, a região do Vale do Jari abrigava diversos entrepostos de aviamento, conhecidos como “filiais”, que funcionavam como centros de abastecimento para os extrativistas. Entre eles, destacava-se a chamada Filial Água Branca, núcleo que deu origem à atual comunidade (Santos, 2015).

Atualmente, Água Branca do Cajari localiza-se a cerca de 60 km da sede municipal de Laranjal do Jari, ao longo da BR-156, desempenhando papel estratégico como porta de entrada rodoviária para diversas comunidades da Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada pelo Decreto nº 99.145/1990. Além de ser o maior núcleo habitado dentro da Resex, a comunidade exerce centralidade na oferta de serviços educacionais, de saúde e de organização social para famílias extrativistas (IBAMA, 1997; Costa 2019; Pantoja, 2019).

As mulheres desempenham papéis centrais em atividades produtivas, de subsistência e de organização social. No entanto, sua contribuição econômica raramente é quantificada ou qualificada de forma adequada, o que dificulta a formulação de políticas públicas mais efetivas e equitativas. Este artigo revela como as mulheres rurais da Comunidade Água Branca do Cajari têm contribuído para o desenvolvimento econômico local, buscando dar visibilidade e reconhecimento ao seu papel.

Nessa direção, por meio de uma pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados secundários sobre o tema, buscou-se neste artigo explorar a dimensão produtiva do trabalho feminino, assim como os impactos sociais gerados pela sua atuação. Serão utilizados referenciais teóricos como a economia feminista (Silva Federici), a agricultura familiar e o trabalho de mulheres rurais (Maria da Penha Melo), (Cordeiro), (HERRERA) e o conceito de capital social e desenvolvimento local. (Pierre Boudieu).

Na sequência, destacam-se as configurações na análise das relações sociais de gênero em comunidades rurais e extrativistas pode ser enriquecida a partir da contribuição de Heleieth Saffioti (1987), que identifica o patriarcado articulado ao capitalismo como um dos elementos estruturais da opressão feminina. Para a autora, a condição da mulher não pode ser compreendida isoladamente, mas como resultado da fusão entre a exploração capitalista e o domínio patriarcal, que se reforçam mutuamente. A luta das mulheres não é apenas contra a opressão doméstica e cultural, mas também contra a estrutura econômica que se sustenta sobre essa desigualdade. Portanto, analisar a experiência das mulheres em Água Branca do Cajari à luz dessa perspectiva significa compreender como a lógica capitalista-patriarcal se manifesta na vida cotidiana, e como tais mulheres constroem caminhos alternativos, ressignificando sua atuação social e política.

Diante desse cenário, este artigo visa apresentar como o trabalho das mulheres rurais pode ser aprimorada para superar os desafios e explorar as potencialidades ao protagonismo feminino. A questão norteadora desta pesquisa foi saber: como o protagonismo feminino pode ser aprimorada para enfrentar os desafios da invisibilidade histórica do trabalho feminino e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Ao explorar essa questão, este artigo pretende contribuir para a identificação de estratégias que melhorem a prática de empoderar e, conseqüentemente, promover uma inclusão mais ampla e efetiva do trabalho das mulheres rurais. Neste contexto, a relevância deste estudo está diretamente na importância de contribuir para a protagonismo feminino no contexto do trabalho das mulheres rurais.

2 MULHERES RURAIS

O papel das mulheres rurais nas atividades produtivas tem sido historicamente invisibilizado, apesar de sua contribuição essencial para a economia do campo. A economia feminista oferece um importante referencial crítico para compreender essa realidade. Segundo Federici (2017, p. 32), “a desvalorização do trabalho reprodutivo feminino não é um acidente histórico, mas parte da estrutura da acumulação capitalista”, o que contribui para a marginalização do trabalho das mulheres, sobretudo nas áreas rurais. Em comunidades como Água Branca do Cajari – AP, essa lógica é evidenciada na ausência de reconhecimento formal das múltiplas funções exercidas por mulheres agricultoras, extrativistas e artesãs.

A agricultura familiar, que predomina na região Norte do Brasil, tem forte presença feminina, ainda que marcada por desigualdades. Segundo Melo (2010, p. 78), “as mulheres rurais assumem tarefas fundamentais na produção agrícola, no cuidado com os animais e na gestão do lar, acumulando jornadas extensas e pouco valorizadas socialmente”. A autora destaca que, além da contribuição econômica direta, as mulheres do campo são também detentoras de saberes tradicionais relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais, essenciais para a manutenção da biodiversidade e da cultura local.

No contexto amazônico e amapaense, a atuação das mulheres rurais adquire características próprias, influenciadas pela geografia, pela relação com os rios e pela organização comunitária. O município de Laranjal do Jari, localizado na região sul do Estado do Amapá, abriga comunidades que vivem em contato direto com os ecossistemas de várzea e floresta, o que influencia diretamente o modo de vida e as práticas produtivas. Em Água Branca do Cajari, por exemplo, observa-se uma forte presença de mulheres envolvidas em atividades como a coleta de frutos nativos, a agricultura de subsistência, o extrativismo de produtos como a castanha do Pará, açaí e a pesca artesanal, configurando um modelo de economia de base familiar e comunitária. De acordo com o IBGE (2022), mais de 70% das propriedades rurais no Amapá são da agricultura familiar, e muitas delas são chefiadas ou co-geridas por mulheres.

Além disso, autores como Cordeiro (2015) e Herrera (2018) discutem como a inserção econômica das mulheres rurais é atravessada por barreiras estruturais, como o acesso desigual à terra, ao crédito, à assistência técnica e à representação política. Cordeiro (2015, p. 102) aponta que “as mulheres do campo, apesar de seu protagonismo produtivo, continuam enfrentando resistências culturais que limitam sua autonomia econômica e institucional”. Esses entraves se somam às dificuldades logísticas e de infraestrutura típicas de regiões remotas da Amazônia, o que reforça a importância de políticas públicas territoriais.

Nesse cenário, o conceito de capital social, formulado por Bourdieu (1986), torna-se uma chave interpretativa relevante. O autor define capital social como “o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações” (Bourdieu, 1986, p. 248). No caso das mulheres rurais, essas redes se materializam em associações de produtoras, grupos

de economia solidária e formas coletivas de organização, que fortalecem sua capacidade de gerar renda, trocar saberes e reivindicar direitos. O capital social, portanto, contribui não apenas para a resiliência das famílias, mas também para o desenvolvimento econômico local, especialmente em territórios historicamente negligenciados pelo poder público.

Portanto, analisar a força feminina no campo implica reconhecer a complexidade do trabalho realizado por essas mulheres, que vai além da lógica mercantil e envolve dimensões simbólicas, afetivas, políticas e ambientais. No caso de comunidades amazônicas como Água Branca do Cajari, compreender as atividades econômicas femininas exige um olhar interseccional que considere gênero, território e ancestralidade.

O objetivo é estimular a reflexão sobre ações que possam articular o presente estudo, ao lançar luz sobre essas experiências, visa não apenas à produção de conhecimento acadêmico, mas também à construção de subsídios para políticas públicas que valorizem o trabalho feminino rural em sua totalidade. Vivendo em um contexto neoliberal, a sociedade presencia a transferência da responsabilidade pela proteção social para as famílias, que acabam sendo sobrecarregadas, especialmente as mulheres. Por isso, é fundamental discutir a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte às famílias e às mulheres responsáveis pelos cuidados, reconhecendo seu papel central na proteção social e na reprodução da vida familiar.

2.1 Mulheres produtoras: a participação feminina nas cadeias produtivas

Nas últimas décadas, o debate sobre a atuação das mulheres no meio rural tem se intensificado, especialmente diante da constatação de que as cadeias produtivas locais dependem, em grande parte, da contribuição feminina. No entanto, a presença das mulheres nessas cadeias ainda é marcada pela invisibilidade, pela desigualdade de acesso a recursos produtivos e pela desvalorização do trabalho que exercem. Nesse contexto, a economia feminista e os estudos sobre agricultura familiar e capital social oferecem importantes subsídios teóricos para compreender os desafios e as potencialidades do protagonismo produtivo feminino.

A economia feminista, representada pela autora Silvia Federici (2017), propõe uma ruptura com as concepções tradicionais da economia ao evidenciar o papel estruturante do trabalho reprodutivo e invisível realizado majoritariamente por mulheres. Para Federici, “o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado são essenciais à reprodução da força de trabalho e, portanto, à própria acumulação capitalista” (Federici, 2017, p. 29). No campo, essa lógica se materializa no cotidiano de mulheres que acumulam múltiplas funções: agricultoras, mães, cuidadoras, extrativistas e agentes culturais. O não reconhecimento institucional e econômico dessas atividades contribui para sua exclusão ou afastamento das políticas públicas, mesmo sendo fundamentais para a sobrevivência das famílias e das comunidades rurais.

No Brasil, a agricultura familiar é o segmento mais significativo em termos de ocupação da terra e produção de alimentos básicos. Nela, as mulheres desempenham um papel estratégico. Segundo Maria da Penha Melo (2010, p. 83), “as agricultoras familiares atuam em todas as fases da produção, desde o preparo da terra até a comercialização, mas sua contribuição muitas vezes é considerada como complementar ou secundária”. Essa desvalorização é agravada pelo baixo acesso à titularidade da terra, ao crédito rural e à assistência técnica, fatores que dificultam a inserção plena das mulheres nas cadeias produtivas.

A realidade das mulheres rurais amazônicas, como as da comunidade de Água Branca do Cajari – AP, exemplifica esses desafios. Nesse território, as mulheres estão envolvidas em atividades como a produção agrícola de base familiar, a coleta de frutos nativos (como o açaí e o buriti), a pesca artesanal e o beneficiamento de alimentos. Essas ações fazem parte de cadeias produtivas locais que sustentam a economia regional, mas são raramente reconhecidas como tal. Herrera (2018, p. 145) observa que “as mulheres amazônicas, mesmo com recursos

limitados, desenvolvem práticas agroecológicas e de economia solidária que contribuem diretamente para o desenvolvimento sustentável de seus territórios”.

Outro ponto fundamental para compreender a atuação feminina nas cadeias produtivas é a noção de capital social, elaborada por Pierre Bourdieu (1986). O autor define esse conceito como “o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações” (Bourdieu, 1986, p. 248). No contexto rural, as mulheres constroem redes de apoio mútuo, associações de produtoras e grupos comunitários que fortalecem sua presença nas cadeias produtivas, permitindo a troca de saberes, o acesso a mercados e a articulação política. Tais redes são essenciais para a resiliência econômica em contextos de vulnerabilidade, como o da região amazônica, marcada por dificuldades logísticas, ausência do Estado e baixa presença de políticas estruturantes.

Além disso, conforme aponta Cordeiro (2015, p. 97), “as mulheres produtoras enfrentam um modelo de desenvolvimento rural que tradicionalmente favorece os homens, ignorando as especificidades de gênero e as desigualdades históricas que afetam a autonomia feminina no campo”. A autora defende que a construção de políticas públicas com recorte de gênero é fundamental para garantir maior equidade nas cadeias produtivas, promovendo o reconhecimento das mulheres como produtoras e gestoras de seus próprios territórios.

A participação feminina nas cadeias produtivas constitui-se como um campo estratégico de análise no âmbito do Serviço Social, ao articular as dimensões do trabalho, da produção social e das desigualdades de gênero. Historicamente, as mulheres sempre estiveram inseridas na produção material da vida, mas sua atuação foi muitas vezes invisibilizada ou secundarizada em função da divisão sexual do trabalho, conforme apontam Cisne, Santos e Morais (2015), ao destacar que as relações patriarcais ainda condicionam as oportunidades e o reconhecimento das mulheres na esfera pública e produtiva.

Além disso, a discussão sobre empreendedorismo social apresenta-se como possibilidade de fortalecimento da participação feminina na economia. Santos e Estrella defendem que o empreendedorismo social pode ampliar o protagonismo das mulheres ao estimular práticas inovadoras, criativas e sustentáveis, que vão além da lógica do lucro, favorecendo a geração de renda, a autogestão e o fortalecimento comunitário. Contudo, as autoras também alertam para a necessidade de inserir tais práticas em uma perspectiva crítica, de modo a não reproduzir formas de exploração travestidas de inovação, ou seja, mesmo quando se apresentam como inovadoras, sustentáveis ou voltadas ao fortalecimento da comunidade, tais práticas podem, na realidade, reproduzir desigualdades existentes ou até mesmo gerar novas formas de exploração. Essa ambivalência evidencia a necessidade de analisar criticamente os modelos de organização produtiva e suas implicações sociais, evitando a idealização de práticas que, embora bem-intencionadas, podem reforçar dinâmicas assimétricas de poder e trabalho.

Assim, ao articular gênero, trabalho e estratégias de emancipação, compreende-se que a participação feminina nas cadeias produtivas não se limita ao aspecto econômico, mas atravessa dimensões ético-políticas fundamentais. Conforme destacam Cisne, Santos e Morais (2015), o feminismo no Serviço Social propõe a desconstrução de padrões de dominação e a valorização das diferenças, reivindicando igualdade de condições e reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos. Nesse horizonte, o fortalecimento da mulher produtora é, ao mesmo tempo, uma luta pela autonomia econômica e pelo avanço democrático da sociedade.

Diante disso, o fortalecimento da participação feminina nas cadeias produtivas passa pelo reconhecimento de seu trabalho como elemento central do desenvolvimento rural. Implica também a criação de estratégias que valorizem o capital social feminino, ampliem o acesso a políticas públicas específicas e promovam o protagonismo das mulheres em todos os elos da cadeia produtiva – da produção à comercialização. A realidade das mulheres de Água Branca do Cajari – AP oferece um campo fértil para investigar essas dinâmicas e propor caminhos de valorização do trabalho feminino no campo amazônico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de embasar teoricamente esta pesquisa, foram selecionados artigos científicos que abordam a relação entre participação das mulheres rurais e o protagonismo feminino. A seleção seguiu critérios de relevância, atualidade e aderência ao tema, priorizando estudos que investigam desafios, práticas das mulheres e estratégias inclusivas e participação feminina no trabalho rural. A tabela 1 apresenta uma síntese dos artigos analisados, destacando seus autores, títulos, objetivos, metodologias, ano de publicação e principais conclusões.

Tabela 1 – Artigos científicos selecionados nas bases de dados.

Autores	Título	Objetivo	Metodologia	Ano	Conclusão
Silvia Federici (2019)	O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas.	Economia feminista e trabalho reprodutivo	Revisão bibliográfica	2019	O trabalho doméstico e de cuidado, realizado majoritariamente por mulheres, é fundamental para a economia, mas invisibilizado pelo capitalismo
Cordeiro (2015)	Mulheres Rurais e políticas públicas: desafios à participação e a autonomia.	Investigar Sobrecarga feminina no campo	Estudo de mulheres rurais	2015	Evidenciam a participação feminina em todas as etapas produtivas, sua multifuncionalidade e os obstáculos no cotidiano para acesso às políticas públicas
Pierre Bourdieu (1986)	As formas do capital	Explorar o capital social e rede de cooperação	Revisão bibliográfica	1986	O capital social é fundamental para entender como redes comunitárias, associações e laços de solidariedade fortalecem a autonomia feminina e a organização produtiva.
Heleieth Saffioti (2004)	Gênero, patriarcado, violência	Patriarcado e exploração	Estudo sobre a temática	2004	Revela como a opressão de gênero se articula com a exploração econômica, criando barreiras estruturais para as mulheres no campo.

Fonte: elaborada pela autora do Artigo.

A pesquisa bibliográfica, associada à análise de dados qualitativos e quantitativos, evidenciou aspectos centrais acerca da contribuição econômica, social e produtiva das mulheres rurais da Comunidade Água Branca. Os resultados demonstram que o protagonismo feminino constitui elemento essencial para o desenvolvimento local, embora ainda permaneça pouco reconhecido pelas políticas públicas e sub-representado nas estatísticas oficiais.

As fontes secundárias analisadas revelam que o perfil das mulheres rurais da comunidade apresenta forte vínculo com a agricultura familiar e o extrativismo vegetal. A maior parte delas participa diretamente da produção de farinha de mandioca, da coleta de castanha-do-Brasil, açaí, cupuaçu e bacaba, além da criação de pequenos animais e da produção artesanal. Tais atividades configuram importante fonte de renda e desempenham papel estratégico para a segurança alimentar das famílias e da comunidade.

Conforme estudos regionais (IBGE, 2017; Costa; Pantoja, 2019), cerca de 70% das famílias a mulher permanece como corresponsável pela gestão econômica, mesmo quando o título de propriedade rural se encontra registrado em nome masculino. Esse dado reforça a necessidade de reconhecimento institucional do papel produtivo e gerencial desempenhado pelas mulheres no contexto rural amazônico. Com base na revisão bibliográfica e em dados regionais, a participação feminina nas principais atividades produtivas da comunidade, distribuída da seguinte forma (Tabela 2):

Tabela 2 – Participação nas atividades produtivas.

Categoria de atuação	Percentual estimado (%)
Agricultura familiar	35%
Extrativismo vegetal	20%
Artesanato e beneficiamento de produtos	20%
Comercio e feiras locais	10%
Serviços Comunitários e sociais	5%

Fonte: elaborada pela autora do Artigo com base em revisão bibliográfica e dados regionais.

Os impactos econômicos e sociais identificados relacionam-se à geração de renda familiar e comunitária, contribuindo para o fortalecimento da economia local; à valorização dos saberes tradicionais, sobretudo no manejo sustentável dos recursos naturais; e à ampliação do capital social comunitário. Nesse sentido, Bourdieu (1986) destaca que o capital social se constrói por meio de redes de solidariedade e de cooperação, o que se evidencia nas associações de produtoras e nas formas de organização coletiva presentes na comunidade. Observa-se, ainda, o fortalecimento da autonomia feminina, associado à ampliação da renda e ao aumento da representatividade social dessas mulheres no território.

Apesar dos avanços, foram identificados desafios persistentes que limitam o pleno reconhecimento do trabalho feminino. Entre eles, destacam-se a ausência de reconhecimento formal da contribuição econômica das mulheres, a baixa participação feminina em espaços decisórios e as restrições de acesso ao crédito, à assistência técnica e a políticas públicas voltadas ao incentivo produtivo. Tais limitações evidenciam a necessidade de ações estruturantes que promovam maior equidade de gênero no meio rural, garantindo condições adequadas para a valorização do potencial socioeconômico das mulheres da Comunidade Água Branca.

4 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica evidenciam que o protagonismo feminino no meio rural é um fenômeno complexo, multifacetado e essencial para o desenvolvimento local, embora ainda seja insuficientemente reconhecido nas políticas públicas e nas estatísticas oficiais. A literatura revisada revela uma convergência entre autoras e autores quanto à necessidade de valorizar o trabalho das mulheres rurais em relação a sustentabilidade econômica e social das comunidades.

De acordo com Federici (2017), o trabalho reprodutivo e os cuidados exercidos pelas mulheres são fundamentais para a reprodução da vida e, conseqüentemente, para o funcionamento da economia, ainda que permaneçam invisibilizados pelo sistema capitalista. Essa constatação dialoga com as análises de Saffioti (1987), que destaca a articulação entre patriarcado e capitalismo como base estrutural da opressão feminina.

Nos estudos de Melo (2010) e Cordeiro (2015), observa-se que as mulheres rurais acumulam responsabilidades produtivas e domésticas, desempenhando papel estratégico na agricultura familiar e na preservação dos modos de vida tradicionais. Essas autoras apontam que, apesar da relevância econômica das atividades desenvolvidas por mulheres no campo — como a produção de alimentos, o extrativismo e o artesanato —, sua contribuição ainda é tratada como complementar, o que reforça a desigualdade de gênero e o baixo acesso a políticas de fomento.

A pesquisa bibliográfica também mostrou que o protagonismo feminino rural está fortemente associado à construção de redes de solidariedade, cooperação e associativismo. Bourdieu (1986) fornece uma base teórica importante ao discutir o conceito de capital social, entendido como o conjunto de recursos mobilizados por meio das relações sociais. No contexto rural, essas redes fortalecem a autonomia das mulheres e ampliam sua capacidade de inserção produtiva e política, conforme demonstram as análises de Herrera (2018) e Cisne, Santos e Morais (2015).

As reflexões empreendidas ao longo deste artigo permitem levantar aproximações que apontam que o reconhecimento do protagonismo feminino rural é fundamental para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável em comunidades amazônicas, como Água Branca do Cajari – AP. A literatura consultada demonstra que as experiências das mulheres no campo não apenas garantem a segurança alimentar e a preservação ambiental, mas também representam formas de resistência e emancipação diante das desigualdades históricas. Assim, o conjunto das obras analisadas reforça a importância de compreender o papel das mulheres rurais como sujeito coletivo de transformação e de desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **As formas do capital**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (org.). 1986.

BRASIL. **Decreto nº 99.145, de 12 de março de 1990**. Cria a Reserva Extrativista do Rio Cajari. Diário Oficial da União, Brasília, 13 mar. 1990.

CORDEIRO, Maria do Socorro. **Mulheres rurais e políticas públicas: desafios à participação e à autonomia**. São Paulo: Editora Humanitas, 2015.

COSTA, Maria do Socorro; PANTOJA, Wilson. **Comunidades extrativistas e dinâmicas socioambientais na Resex Cajari**. Belém: NAEA/UFPA, 2019.

DUARTE, Jorge; FURTADO, Antônio Barros. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais Aplicadas**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. 248 p. ISBN 978-85-02-23031-0.

EISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos; MORAIS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2019.

HERRERA, K. M. Rompendo dicotomias: o cotidiano do trabalho das mulheres rurais. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 1, p. 63–79, 2019.

IBAMA. **Relatório de gestão da Reserva Extrativista do Rio Cajari**. Brasília: IBAMA, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017: **Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2022: resultados preliminares – Amapá**. Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censoagro.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 ago. 2025.

LARANJAL DO JARI. **Lei Municipal nº 033, de 29 de novembro de 1991**. Eleva a localidade de Água Branca do Cajari à condição de distrito. Laranjal do Jari, 1991.

MELO, Maria da Penha. **Gênero e desenvolvimento rural: mulheres agricultoras familiares no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Deiseane Carlos; ESTRELLA, Maria Juliana Batista Santos. **Empreendedorismo Social: desafios e possibilidades para o Serviço Social**. São Paulo: Dialética, 2023/2024, 64 p.

SANTOS, Raimundo Nonato dos. A economia do aviamento no Vale do Jari. **Revista Estudos Amazônicos**, Macapá, v. 7, n. 2, p. 55–72, 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, João Morais Júnior, pela orientação, dedicação e valiosas contribuições para a realização deste trabalho. Ao Instituto Federal do Amapá – Campus Santana, pelo apoio institucional e pela oportunidade de formação acadêmica e profissional. A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e conclusão deste estudo.